

ATA DA REUNIÃO DA MESA ESTADUAL DE DIÁLOGO E NEGOCIAÇÃO PERMANENTE COM OCUPAÇÕES URBANAS E RURAIS

Aos 14 dias do mês de julho de 2015, na Cidade Administrativa, na sede da Companhia de Habitação de Minas Gerais (Cohab Minas), realizou-se reunião com o objetivo de receber as demandas relativas às seguintes questões: conflito rural no município de Tumiritinga; conflitos fundiários Aurora I e Aurora II, em Jequitinhonha; ocupação urbana em Rio Acima; retorno relativo às negociações entre a Prefeitura de Betim e as ocupações Dom Tomás Balduino e Nova Canaã; apresentação da proposta da Prefeitura de Ibirité para as lideranças da Ocupação Barreirinho; resposta à proposta da Mineradora Anglo American visando solução pacífica de conflito envolvendo ação de reintegração de posse em área rural de Conceição do Mato Dentro; conflito rural em Bambuí; ocupações Maria Guerreira e Maria Vitória, no bairro Copacabana. Conforme lista de presença anexa, tendo como princípio “Ouvir para governar”, foi discutida e deliberada a seguinte pauta:

- Informe sobre conflito rural no município de Tumiritinga, após visita ao local pelo presidente da Mesa, Claudius Vinícius, e pelo diretor técnico da Ruralminas, Alexandre Chumbinho.

Alexandre Chumbinho fez um informe sobre a visita que realizou com o presidente da Mesa ao município de Tumiritinga, no último sábado, dia 11/07. Segundo ele, no local há uma ocupação do MST e o proprietário da terra decidiu fazer a reintegração de posse pelos próprios meios, fazendo uso de tratores blindados. Como um dos tratores caiu em uma vala, a tentativa de reintegração pelo proprietário foi interrompida. Na visita, o presidente da Mesa e o diretor técnico da RuralMinas conversaram com o proprietário, orientando-o a requerer a reintegração na Justiça, argumentando que o caminho legal garante o cumprimento da ordem judicial, sem que fosse necessária a sua intervenção. Naquele momento, o proprietário concordou com a orientação da Coordenação da Mesa de não realizar novas investidas contra o acampamento do MST instalado em suas terras, manifestando ainda interesse em negociar a área com o Incra para fins de reforma agrária.

Posteriormente, Claudius Vinícius e Alexandre Chumbinho fizeram uma visita técnica ao acampamento e solicitaram às cerca de 100 famílias da ocupação que mantivessem a calma, evitando qualquer tipo de confronto, pois já estava sendo negociada uma solução pacífica para o conflito. Chumbinho finalizou o relato informando que, no decorrer desta semana, serão agendadas reuniões da Mesa com o proprietário da área, na sede da Cohab, em Belo Horizonte, além de reuniões com o Incra e com lideranças dos acampados, na tentativa de pacificação do conflito.

- Informes relativos à reunião técnica realizada no município Jequitinhonha, visando buscar alternativas de solução pacífica dos conflitos fundiários Aurora I e Aurora II.

Marco Túlio, da RuralMinas, relatou o resultado de uma reunião técnica da Mesa realizada no dia 09/07, no município de Jequitinhonha, com o objetivo de buscar alternativas para a solução de um conflito rural envolvendo a ocupação Aurora. Na reunião, realizada com representantes da Prefeitura de Jequitinhonha, Brigadas Populares e lideranças da ocupação, definiu-se que seria realizada uma reunião com o

Incra no dia seguinte para tratar das alternativas de reassentamento das famílias. Além disso, foi agendada uma reunião com a Cohab Minas, para estudar a assinatura de um protocolo de intenções visando a construção de 200 moradias na cidade de Jequitinhonha.

- Retorno relativo às negociações para solução de conflito envolvendo ocupação urbana em Rio Acima.

Dalva Estela Nascimento, representante da Sedpac, informou que esteve na Prefeitura de Rio Acima na última semana, constatando que o executivo municipal não havia cumprido o que havia sido pactuado no acordo feito sob juízo. Segundo Dalva, a Prefeitura afirmou ter havido um problema no cadastro, alegando que o encaminhamento dos documentos por parte dos moradores aconteceu na última hora, mas que seria cumprido o que foi acordado em audiência. Para dar seguimento às negociações, ela sugeriu que os movimentos resgatem a ata da audiência em que consta o termo de acordo que foi feito diante do juiz.

Anderson, da ocupação de Rio Acima, solicitou um apoio da Mesa na mediação do conflito, tendo em vista que já existe uma ordem de despejo das famílias da ocupação marcada para o próximo dia 16/07. Afirmou que a Prefeitura está sendo intransigente e não cumpriu com o que foi acordado em audiência, quando comprometeu-se com o pagamento do auxílio aluguel. Segundo ele, as famílias estão dispostas a sair das casas, desde que a Prefeitura cumpra com o acordo feito em juízo. Anderson fez um apelo para que se tente mais uma negociação junto à Prefeitura, para evitar um despejo, afirmando que as famílias querem apenas o cumprimento do que foi acordado em juízo e estão dispostas a sair pacificamente das casas.

Claudius Vinícius ressaltou que, se não houver uma concordância da Prefeitura, a Mesa não tem como resolver o conflito em Rio Acima, uma vez que as moradias ocupadas são municipais e nem mesmo pertencem ao programa Minha Casa, Minha Vida. Ressalvou, entretanto, que será feito um último esforço nesse sentido e pediu à representante da Sedpac que faça novo contato com a Prefeitura.

- Informes sobre o andamento das negociações entre Prefeitura de Vespasiano e representantes da Ocupação Santa Maria: o que foi feito no período de 12/06 a 12/07 como atividade preliminar, visando o fechamento do acordo, previsto para 12/08/2015.

Marta Mansur, secretária de Desenvolvimento Social de Vespasiano, trouxe um relatório sobre o andamento do que ficou encaminhado na reunião realizada no município, dia 12/06/2015, entre a Prefeitura de Vespasiano, representantes da Mesa de Negociação e lideranças da ocupação Santa Maria. Em relação ao cadastro dos ocupantes da Santa Maria, informou que todas as 117 pessoas que compareceram ao local combinado para o cadastramento foram cadastradas. Informou ainda que muitos dos cadastrados não são de Vespasiano e não comprovaram ser moradores da ocupação. Relatou ainda que, ao checar a listagem no CadÚnico, constatou que muitas pessoas são de outros municípios, como Divinolândia de Minas e Sete Lagoas, e até mesmo da Bahia. Afirmou que o número de famílias que residiam na Ocupação Santa Maria é bem menor do número dimensionado pelas lideranças da ocupação. Em relação ao terreno, informou que o município não tem área disponível e tampouco recursos para a construção. Dessa forma, informou que a proposta continua sendo contemplar os cadastrados no empreendimento do MCMV que será instalado no município, que prevê a construção de aproximadamente 800 moradias. Finalizou seu

relato dizendo que Vespasiano não pode assumir a responsabilidade de conceder moradias para pessoas que não são do município.

Leandro, da ocupação Santa Maria, informou que, durante o cadastro foi exigido um comprovante que a totalidade das pessoas da ocupação não tem possibilidade de apresentar, uma vez que a maioria não tinha registro de endereço.

Marta Mansur informou que foi solicitado àqueles que de fato moravam na ocupação Santa Maria um comprovante de atendimento no posto de saúde, comprovante de matrícula ou outro tipo de comprovação, como uma correspondência, um cartão ou conta de telefone. Em relação ao CadÚnico, informou que o procedimento feito visou checar as informações relativas à moradia. Marta ressaltou que não há como aceitar uma pessoa que diz ter morado na ocupação, se no cadastro oficial do Governo Federal ela declara que mora há dez anos em outro endereço.

Milvânia Porto, representante da ocupação Santa Maria, relatou que, durante o cadastro, foi impedida por Marta Mansur de se aproximar das famílias. Argumentou que aqueles que moravam na ocupação não tinham o privilégio de ir a postos de saúde e reafirmou que 200 famílias foram retiradas da ocupação Santa Maria em novembro do ano passado.

O presidente da Mesa propôs como encaminhamento a realização de uma câmara técnica entre Prefeitura e representantes da ocupação para negociar as alternativas de solução do conflito.

Marta Mansur respondeu que a Prefeitura estava atendendo à proposta de realizar um estudo para verificar uma forma de atendimento àqueles pessoas da ocupação Santa Maria que são de Vespasiano, reforçando que o CadÚnico é uma fonte de informação bem confiável.

- Retorno relativo às negociações entre a Prefeitura de Betim e as ocupações Dom Tomás Balduino e Nova Canaã.

Guilherme Carvalho, da Superintendência de Habitação de Betim, informou que, cumprindo o que ficou acordado em reunião anterior, foi realizado o recadastramento na ocupação Nova Canaã, tendo sido recadastradas cerca de 50 famílias, além de ter sido feito um relatório informando o número de casas já construídas, quantas estão apenas no início da construção, quantos são barracos de madeirite e quantos lotes existem apenas com a demarcação do espaço. Segundo o superintendente, esse cadastramento foi repassado à Secretaria de Assistência Social do município, que por sua vez fará um estudo mais detalhado por meio do cruzamento de informações com o CadÚnico. Informou ainda que o esforço maior nestas duas primeiras semanas foi centralizado na solução do conflito da ocupação Nova Canaã, tendo em vista o pedido de reintegração de posse já decretado pela Justiça.

Ailton Matias, advogado das ocupações de Betim, reclamou que as atas das reuniões da Mesa de Diálogo e Negociação não estão sendo encaminhadas às lideranças das ocupações. Segundo ele, isso dificulta a tentativa de suspensão da ação de reintegração de posse junto à Justiça, uma vez que não há como demonstrar ao juiz que o conflito está sendo tratado no âmbito da Mesa.

Quanto ao recadastramento feito pela Prefeitura, Ailton informou que algumas famílias não puderam comparecer no dia marcado, em razão de compromissos de trabalho, solicitando uma nova data para que essas famílias possam ser incluídas no cadastro.

O superintendente Guilherme Carvalho afirmou que as pessoas que não compareceram no dia marcado poderão ir à Prefeitura fazer o recadastramento. Ressalvou, porém, que terão que identificar em qual lugar moram, de forma a se enquadrar dentro do quantitativo de residências documentado nos registros fotográficos.

Com relação ao pedido de reintegração de posse, o procurador Raphael Martins informou que já existe um planejamento da Polícia Militar para o cumprimento da ação. Se houver acordo entre as partes, entretanto, a reintegração será suspensa.

O advogado Ailton Matias fez um apelo para que o município encaminhe à Justiça o pedido de suspensão da ação de reintegração da posse. Segundo ele, a contraproposta da ocupação Nova Canaã é a manutenção dos ocupantes, até que seja definido como os mesmos serão realocados.

Guilherme Carvalho informou que não será possível aceitar essa contraproposta, argumentando que se trata de uma área de interesse social, que deve ser desocupada para a instalação de projetos já previstos, como a construção de um posto de saúde e de uma escola. Alertou que há um mandado de reintegração de posse batendo na porta e que é necessário uma resposta das lideranças da ocupação, para evitar que a reintegração seja realizada.

Diante do impasse, o presidente da Mesa sugeriu que se realize uma reunião de câmara técnica visando a construção de um acordo entre a Prefeitura e as ocupações. Segundo ele, essa reunião poderá ser realizada em Betim, com participação da coordenação da Mesa.

- Apresentação da proposta da Prefeitura de Ibirité para as lideranças da Ocupação Barreirinho.

A representante da ocupação Barreirinho afirmou que foi convidada a participar desta reunião para ouvir a proposta que seria apresentada pela Prefeitura de Ibirité para a solução do conflito. Disse que até agora a única sinalização que os ocupantes têm são as constantes ameaças de despejo. Segundo ela, em conversa com a promotora da Infância e da Juventude de Ibirité, Dra. Manoela Xavier Lages Faria, há cerca de dois meses, foi informada de que haverá o despejo e que as famílias terão que sair da ocupação a qualquer custo. Indagou à coordenação da Mesa se há ou não proposta para a solução do conflito.

Claudius Vinícius informou que, embora convidada a participar da reunião de hoje, para apresentar sua proposta de acordo, a Prefeitura de Ibirité, infelizmente, não pôde comparecer. Afirmou, porém, que existe essa intenção por parte da Prefeitura, considerando que foi solicitado à Cohab um modelo de termo de acordo para servir de parâmetro à formulação da proposta do município. Diante da ausência de uma das partes interessadas, sugeriu como encaminhamento uma reunião de câmara técnica em Ibirité, com representantes da Mesa, da Prefeitura e da ocupação Barreirinho, visando a construção desse acordo.

- Resposta à proposta apresentada pela mineradora Anglo American visando solução pacífica de conflito envolvendo ação de reintegração de posse em área rural de Conceição do Mato Dentro.

Os representantes da Anglo American, César Castro e Clarice Ferreira, afirmaram que se faziam presentes à reunião para receber do advogado que representa os interesses da Sra. Natalina Ferreira uma resposta à contraproposta apresentada pela mineradora em reunião de câmara técnica realizada no dia 06/07, na sede da Cohab Minas, visando uma solução pacífica do conflito. Lamentaram que o advogado Élcio Pacheco, bem como os integrantes da família de Dona Natalina, não tenham comparecido à reunião.

O presidente da Mesa informou que, em função da ausência da parte interessada à reunião da Mesa e tendo em vista a resposta enviada por e-mail pelo advogado Élcio Pacheco, na qual recusa a contraproposta apresentada pela mineradora, não há mais como a Mesa intermediar esse conflito, cabendo agora à Justiça o rumo a ser dado às negociações.

➤ Conflito rural em Bambuí

Jeovane Antônio, do MST, informou que, em reunião com Major Levi, realizada ontem (13/07), os ocupantes da Fazenda Boa Esperança/Ponte Alta/Varginha, localizada no município de Bambuí, foram informados que as 170 famílias teriam prazo de até 48 horas para deixar o local, quando seria executada ordem judicial da ação de reintegração de posse. Diante disso, solicitou ao Major Mendes sua intervenção no sentido de prorrogar esse prazo, de forma que as famílias tenham um tempo maior para deixar a ocupação. Alertou que, caso contrário, há risco de ocorrer algo similar ao massacre do Eldorado Carajás.

A esse respeito, o Major Mendes disse ter recebido diversas ligações dos advogados do proprietário da terra cobrando da Polícia Militar o cumprimento da ordem para reintegração da área. Segundo relatou, os advogados, insatisfeitos e alegando demora da Polícia Militar para cumprimento da ordem, recorreram ao Tribunal de Justiça, que expediu ordem ao comandante local da Polícia Militar, determinando o prazo de 48 horas para que a Polícia desse apoio aos oficiais de justiça durante a ação de reintegração. Ressaltou que, se não cumprir a ordem, o comandante corre o risco de ser preso, uma vez que não cabe à Polícia Militar discutir uma ordem judicial.

Diante da urgência para cumprimento da ação, o Major Mendes elaborou um ofício solicitando ao juiz da Vara Agrária um prazo maior para o apoio dos policiais, uma vez que as 48 horas determinadas não seriam suficientes para que a PM cumprisse todos os protocolos de reintegração de posse. O Major Mendes ressaltou que os advogados só foram para segunda instância, porque a ordem da primeira instância não havia sido cumprida pela Polícia Militar.

Claudius Vinícius lembrou que esse pedido de reintegração de posse já existe há algum tempo e que a Mesa tem empreendido esforços para evitar sua execução. Informou que foi solicitado ao Comandante Geral da Polícia Militar, Coronel Bianchini, que enviasse ofício ao juiz solicitando um prazo maior para a reintegração, o que foi feito pelo Coronel, porém, mesmo assim, o juiz manteve o prazo para cumprimento da ordem. Ressaltou que continuarão sendo realizados esforços na tentativa de ganhar maior prazo para a reintegração de posse. Disse ainda que informará à AGE que esse

conflito está sendo tratado na Mesa de Negociação, argumentando que, por esse motivo, não há razão para uma ação imediata.

Cristiano, do MST, reforçou o alerta de que, se não for concedido prazo maior, as famílias irão resistir à reintegração e haverá um confronto. Solicitou um prazo de pelo menos sete dias, tempo necessário para que os moradores possam se organizar para deixar o local.

Alexandre Chumbinho, diretor técnico da Ruralminas, afirmou que o confronto não interessa a ninguém, muito menos ao Estado, que busca a solução pacífica do conflito. Considerou razoável o prazo de sete dias solicitado pelo MST para uma saída pacífica dos ocupantes.

Ao final da reunião, o Major Mendes informou que, em contato com a 7ª região da Polícia Militar, responsável pela cidade de Bambuí, foi feito um apelo em nome da Mesa para que se estendesse o prazo para a saída das famílias do terreno em Bambuí. Disse que a solicitação foi levada de imediato ao Coronel Laércio Reis, comandante da região, obtendo dele autorização para acordar com os representantes da ocupação a extensão do prazo até o dia 20/07/2015, para que as famílias desocupem pacificamente a área, proposta acatada pelos líderes do MST presentes à reunião.

➤ Ocupações Maria Guerreira e Maria Vitória, do bairro Copacabana.

Juliano Pires, representante das ocupações, disse que a liminar de reintegração de posse foi suspensa temporariamente, mas que a ameaça de despejo continua. Indagou se o conflito do bairro Copacabana poderá fazer parte da pauta de negociações da Mesa para evitar o despejo das famílias.

Claudius Vinícius esclareceu que a coordenação da Mesa discutirá critérios para o tratamento a ser dado às novas ocupações. Reafirmou que, a princípio, os conflitos envolvendo novas ocupações não serão tratados na Mesa, cujos esforços serão dirigidos aos conflitos mais antigos, envolvendo ocupações já consolidadas. Enfatizou que, desde o início das reuniões da Mesa, solicitou às lideranças dos movimentos que parassem de promover novas ocupações, para que uma política estadual de habitação pudesse ser construída e propostas nesse sentido pudessem ser apresentadas pelo Governo. Segundo ele, os movimentos ignoraram essa solicitação, uma vez que novas ocupações surgiram e continuam surgindo. Afirmou, porém, que, se uma ocupação nova apresentar uma proposta que possa ser negociada entre as partes, a Mesa poderá mediar a construção de um acordo.

No caso da ocupação Copacabana, lembrou que não há possibilidade de acordo entre as partes, pois a Prefeitura de Belo Horizonte requereu a reintegração de posse do terreno e já se colocou contrária à negociação. Ressaltou que já convidou diversas vezes a Prefeitura a participar das reuniões da Mesa, sem sucesso.

Claudius Vinícius esclareceu que a Mesa de Negociação é um espaço de construção de acordo e, para que isso aconteça, é preciso que os dois lados participem da negociação. Se o outro lado não comparece, o máximo que se pode tentar é amenizar

o conflito, ganhar tempo. Nesse sentido, enfatizou que nem tudo poderá ser resolvido na Mesa, considerando que o poder público estadual tem limites e não pode interferir nas decisões dos municípios. Segundo ele, é preciso que os movimentos pensem também outras estratégias, pois não é possível construir uma política estadual de habitação respondendo às sucessivas demandas das novas ocupações.

Dizendo-se de coração aberto para atuar no sentido de encontrar alternativas possíveis para os conflitos fundiários da cidade e do campo, o presidente da Mesa ressaltou sua intenção de construir, na Conferência Estadual das Cidades, as diretrizes da política estadual de habitação, para posteriormente levá-las à Conferência Nacional de Habitação. Disse que espera contar com a participação das lideranças dos movimentos que lutam por moradia na construção dessa política, destacando a necessidade de que elas se portem efetivamente como lideranças.

➤ Participação do Incra

Alexandre Chumbinho registrou a participação oficial do Incra na Mesa de Negociação, citando a presença na reunião do superintendente Gilson de Souza.

O superintendente do Incra saudou a todos e disse que o Incra colaborará naquilo que for da sua competência para a solução dos conflitos rurais.

Cristiano, do MST, ressaltou que a presença do Incra na Mesa contribui para que as negociações de reforma agrária avancem.

➤ Foram definidos os seguintes encaminhamentos:

- Novo contato com a Prefeitura de Rio Acima: tentativa de solucionar pacificamente conflito envolvendo ocupação no município.
- Realização de Câmara Técnica em Vespasiano entre Prefeitura e representantes da ocupação Santa Maria com o objetivo de negociar alternativas de solução pacífica do conflito.
- Realização de Câmara Técnica em Betim, visando a construção de um acordo entre a Prefeitura e ocupações Nova Canaã e São Tomás Balduino.
- Realização de Câmara Técnica em Ibité entre Prefeitura e representantes da ocupação Barreirinho, visando a construção de um acordo.
- Acompanhar acordo feito com a Polícia Militar para a solução de conflito rural em Bambuí, estabelecendo prazo até 20/07/2015 para a saída pacífica dos ocupantes da Fazenda Boa Esperança/Ponte Alta/Varginha.

Belo Horizonte, 14 de julho de 2015